

Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX.

Society and slavery in Maranhão 19TH century.

Yuri Michael Pereira Costa*

Resumo: O texto analisa as características socioeconômicas da capitania/província do Maranhão do fim do século XVIII e ao longo do século XIX, debatendo a estruturação e a dinâmica do sistema escravista nesse contexto. Explorando uma investigação bibliográfica, o artigo tem a pretensão de fazer uma síntese desses temas. Apresenta, inicialmente, algumas características geográficas da província, discutindo seu processo de ocupação e a composição da sociedade no Oitocentos. Analisa a economia de fins do século XVIII e ao longo do século seguinte, dando ênfase ao apogeu da indústria monocultora e ao decadentismo que marca o discurso das elites após a derrocada da grande lavoura. Sobre o cativo, investiga os impactos no funcionamento do escravismo após a proibição do tráfico transatlântico, dedicando-se ainda ao estudo da distinção entre o trabalho servil no campo e na cidade. Busca, por fim, criticar as formas de resistência de negros e negras escravizados no Maranhão oitocentista.

Palavras-chave: Maranhão. Sociedade. Escravidão.

Abstract: The text examines the socioeconomic characteristics of the captaincy of Maranhão province/the end of the 18th century and throughout the 19th century, arguing the structure and dynamics of the slave system in that context. Exploring a literature search, the article has a claim to make a synthesis of these topics. Features, initially, some geographical features in the province, discussing your occupation process and the composition of society in the 800. Analyzes the economy of the late 18th century and throughout the following century, giving emphasis to the apogee of the monocultora industry and the decadent movement that marks the discourse of elites after the collapse of the big crops. About the captivity, investigates the impact on functioning of slavery after the ban of transatlantic traffic, dedicating himself to the study of the distinction between the menial work in the countryside and in the

* Doutor em História pela UNISINOS. Professor Adjunto I do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão.

city. Search, finally, criticize forms of resistance of black men and women enslaved in Maranhão 19th century.

Keywords: Maranhão. Society. Slavery.

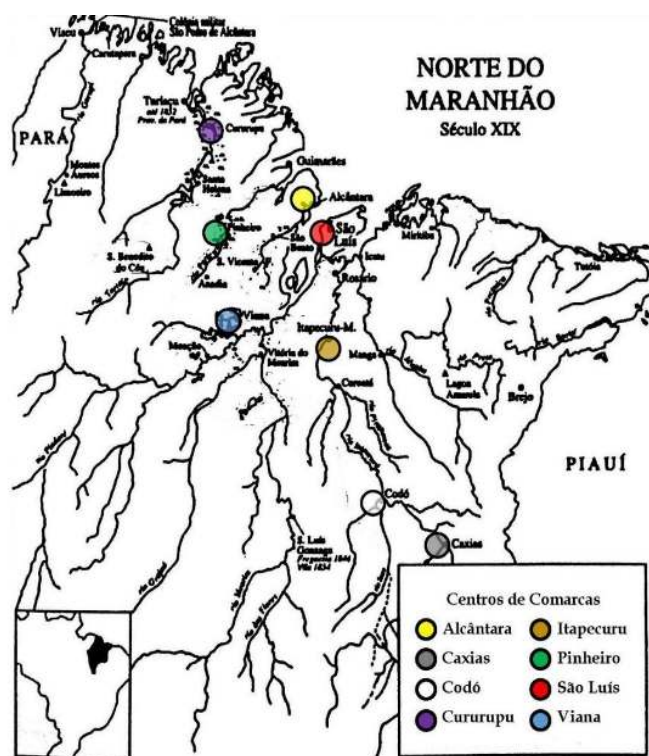
Introdução

A representação geográfica do Maranhão no século XIX insere este espaço em um vasto território conhecido como “províncias do Norte”, cujo conceito de região e a delimitação de fronteiras se fez, sobretudo, em oposição ao “Sul” do Império, e mais especificamente à Corte do Rio de Janeiro. Tal polarização, ainda que tenda à homogeneidade de diferenças, não pode ser desprezada, pois influenciou decisivamente “práticas e formas de construção discursiva do Maranhão provincial”(SOARES, 2008, p. 68), interferindo na organização das instituições no Oitocentos.

O risco de uniformização que deriva da representação do Maranhão como “Norte” ganha nova projeção ao se pensar o território da província em si. Tradicionalmente, a historiografia tende a tomar a história da capital e de seu entorno enquanto a “história do Maranhão”. Aliás, para além da antiga denominação oficial de São Luís como Cidade do Maranhão, segundo Soares (2008, p. 76), era comum confundir-se São Luís com o “Maranhão”. A distinção, porém, é de grande relevância, sobretudo porque o território maranhense teve diferentes “frentes” de colonização, com destaque para a litorânea e a sertaneja, durante muito tempo apartadas.

Dentro dessas representações vacilantes, a região da província que interessa a este artigo é a setentrional, mais particularmente São Luís, Alcântara e parte da região já naquele contexto denominada Baixada, situada no Noroeste maranhense (Figura 1). Não coincidentemente, esse era o território sobre o qual a capital da província conseguia projetar sua influência de maneira mais intensa, já que, como sede do poder político e da Igreja Católica desde os tempos coloniais, São Luís concentrou o comércio e a burocracia regional.

Figura 1 - Norte da Província do Maranhão.



Fonte: REIS; GOMES, 1996, p. 435 (com adaptações da legenda pelo autor).

O objetivo principal deste ensaio é analisar as características socioeconômicas da província do Maranhão no fim do século XVIII e ao longo do século XIX e debater a estruturação e a dinâmica do sistema escravista nesse contexto. O método de investigação empregado é a análise bibliográfica. Apresenta, inicialmente, algumas características geográficas da província, discutindo seu processo de ocupação e a composição da sociedade no Oitocentos. Analisa a economia de fins do século XVIII e ao longo do século seguinte, dando ênfase ao apogeu da indústria monocultora e ao decadentismo que marca o discurso das elites após a derrocada da grande lavoura. Sobre o cativo, investiga os impactos no funcionamento do escravismo após a proibição do tráfico transatlântico, dedicando-se ainda ao estudo da distinção entre o trabalho servil no campo e na cidade. Busca, por fim, analisar formas de resistência de negros e negras escravizados no Maranhão oitocentista.

A sociedade do Maranhão oitocentista

Ao longo do século XIX, como província integrada ao Império do Brasil, o Maranhão possuiu um território com fronteiras bem definidas. Limitava-se ao Norte pelo Oceano Atlântico; ao Sul pela província de Goiás, tendo como fronteiras a Serra das Mangabeiras e os rios Manoel Alves Grande e Tocantins; ao Leste, separado pelo

rio Parnaíba, havia a província do Piauí; e a Oeste o Grão-Pará, limitando-se primeiro pelo rio Turiaçu e, a partir de 1852, pelo rio Gurupi (MARQUES, 2008, p. 722).

A relativa estabilidade territorial no Oitocentos não se harmonizou com a grande variação político-geográfica do Maranhão no período colonial. Por certo, até o século XVIII, o Maranhão foi uma capitania atrelada ao vasto território português e que, independentemente de possuir certa relevância administrativa regional, não despertou maiores interesses da Coroa lusitana.

O processo de ocupação das terras maranhenses se deu de forma gradual e por duas distintas frentes. A primeira foi desenvolvida pelo litoral, a partir de 1612, com a incursão francesa no território maranhense. A expulsão dos invasores foi seguida da necessidade de fortificar militarmente a área, originando a ocupação de São Luís e ao longo de alguns rios navegáveis, como o Mearim e o Itapecuru. A segunda ocorreu a partir de meados do século XVIII, por meio de um processo de expansão pecuarista que ocupou paulatinamente a região meridional do Maranhão, do Leste para o Oeste. Os “caminhos do gado”, sempre à procura de pastagens de boa qualidade, foram iniciados no atual território de Pernambuco e da Bahia, atravessando o rio São Francisco, em direção ao Piauí e, após superado o rio Parnaíba, contribuíram para a fundação de vilarejos no Maranhão (CABRAL, 1992, p. 23).

A situação periférica do Maranhão colonial somente foi alterada com a criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A empresa, por décadas, dinamizou a economia e a sociedade local, inserindo a região no lucrativo tráfico internacional de escravos e no não menos rentável comércio monocultor.

A existência da Companhia de Comércio teve efeito direto sobre o comportamento da economia local. A companhia provocou mudanças sociais e culturais ao propiciar um tráfico vigoroso de escravos para a região amazônica (onde se inclui o Maranhão) e arraigou uma perspectiva de exclusivo do comércio diretamente relacionada ao mercado externo (Lisboa) de acordo com os típicos dispositivos mercantilistas, levando a um profundo vínculo com a empresa comercial portuguesa (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 35).

De fato, a segunda metade do século XVIII e o início do século seguinte, do ponto de vista econômico, consistiram na “idade de ouro” da região. O Maranhão serviu de entrada para a escravaria que alimentou boa parte do Norte da América

Portuguesa. A Companhia monopolizou as redes de comércio que permitiam a exportação de algodão e a entrada de escravos e produtos metropolitanos e, dessa forma, conseguiu controlar os produtores.

O Maranhão imperial conheceu algumas reverberações dessa opulência, porém as sucessivas crises da economia algodoeira levaram consigo a estabilidade econômica alcançada durante décadas. O primeiro revés se deu ainda no período colonial. Entre os anos de 1818 e 1819 o preço internacional do algodão despencou. Fazendeiros e negociantes amargaram duro prejuízo, pois haviam investido na produção e na compra de safras do produto (ASSUNÇÃO, 2010, p. 155). Muitos deles faliram definitivamente.

Novo desafio foi superar a instabilidade gerada pelo contexto de Independência, o que desorganizou a produção algodoeira entre 1822 e 1823. Os anos de 1824 e 1825 não foram mais promissores, haja vista a diminuição da produção local, gerada agora pela seca e por uma nova queda de preços no mercado europeu. Para Mathias Assunção (2010, p. 155), com alguns períodos de rearranjo, deu-se a gradual desagregação da “grande lavoura algodoeira” até o final da década de 1830, quando já se encontrava consideravelmente comprometida.

Ao longo do século XIX, houve uma relativa recuperação do sistema agroexportador, inserindo-se o açúcar no mercado até então protagonizado pelo algodão. A economia dos engenhos, sobretudo na segunda metade do Oitocentos, modificou o cenário produtivo e comercial em diferentes regiões da província, com destaque para o vale dos rios Itapecuru e Pindaré. A produção do açúcar atraiu boa parte da mão de obra escrava, antes destinada ao cultivo do algodão, ainda que, a partir de meados daquele século, ocorresse a debandada de cativos para outras províncias do Império.

O arroz foi outro produto agrícola com relativo destaque no século XIX, sendo destinado para o consumo no sul da Europa. No entanto, ocupou sempre uma posição intermediária, não chegando a ameaçar o protagonismo do algodão ou do açúcar no mercado internacional (MARTINS, 2006, p. 32). Como cultura para exportação, a rizicultura definhou ao longo da segunda metade do século XIX, em decorrência, principalmente, da competição com o arroz da Índia.

Na segunda metade do Oitocentos se deu a crise definitiva da economia açucareira, sobretudo devido à concorrência do produto das Antilhas. A alternativa

para os que necessitavam redirecionar seu capital foi investir no parque fabril que, por essa época, já se desenhava em cidades como São Luís e Caxias.

Do ponto de vista econômico, o Maranhão oitocentista é tradicionalmente lido pela historiografia como um contexto marcado pelo dismantelamento do sistema agroexportador, como visto, desenvolvido na segunda metade do século XVIII e em vigor até as primeiras décadas do século seguinte, e por uma incessante e fracassada tentativa de se reerguer a economia ao longo do Oitocentos.

A referência à derrocada econômica do Maranhão foi recorrente no discurso das elites ao longo do Império. As crises da lavoura e da agricultura foram associadas ao próprio decaimento da província. Porém, o efeito desse discurso extrapolou a análise da vida material da província. A própria representação da região foi marcada, no Oitocentos, pelo decadentismo, forjando-se o que Alfredo Wagner Almeida conceituou como *ideologia da decadência*.¹

De toda forma, como “esquema intelectual de explicação da situação econômica e social da província” (ALMEIDA, 2008, p. 19), a ideologia decadentista foi desde as primeiras décadas do século XIX marcada por um intenso sentimento de falta, caracterizando o Maranhão monárquico enquanto um contexto de ausência daquilo que o passado colonial e opulento proporcionou à região.

Sobre o discurso decadentista que marcou a fala das elites no Oitocentos:

Há uma preocupação corrente em explicar a mencionada *decadência da lavoura* por uma ausência de determinadas qualificações tidas como necessárias. As interpretações gravitam em torno da “falta de conhecimentos profissionais”, “falta de capitais”, “falta de braços”, “falta de comunicações apropriadas” e “falta de terras por causa do gentio”. A percepção destas lacunas autoriza as iniciativas que pretendem preenchê-las. Devido a isto, inúmeras outras questões correlatas são introduzidas naturalmente no âmbito das polêmicas, tais como: “imigração” e “colonização” para suprir a chamada “falta de braços”, criação de escolas visando a formação de especialistas em agricultura para suprir a “falta de conhecimentos profissionais”, abertura de estradas e desobstrução das vias de navegação fluvial para suprir a “falta de comunicações” e a organização de expedições militares contra os grupos indígenas (ALMEIDA, 2008, p. 22) (grifos no original).

¹ Apesar do referencial de *decadência* ter sido pedra angular na fala das elites do Oitocentos, em harmonia ao que afirma a pesquisadora Regina Faria, entendo que a empresa agroexportadora instalada no Maranhão desenvolveu-se em meio a “diferentes momentos de expansão e de crise” (FARIA, 2012, p. 41). Dessa forma, o entendimento de que existiam períodos de estabilidade e crise parece mais adequado do que a crença de que o século XVIII conheceu o apogeu dessa empresa e de que o século seguinte foi marcado por um paulatino e linear processo de ruína da agroexportação.

O tema da decadência foi recorrente em periódicos do século XIX,² bem como nas falas e relatórios de autoridades maranhenses, que sempre atrelavam as causas do declínio da lavoura aos desafios a serem superados naquele contexto.³

Mas as representações das elites do século XIX pouco traduziram a sociedade maranhense subalterna. Sobre uma minoria branca e letrada, predominou uma população de negros, índios e homens livres pobres. A demografia do Maranhão oitocentista bem demonstrava isso.

Nos primeiros anos do Império, preponderou na província uma população de negros escravizados sobre a de homens e mulheres livres, permanecendo essa tendência até meados do século XIX. A partir dos Mapas Estatísticos da Capitania do Maranhão, Mota e Cunha (2017, p. 467) registram que, em 1798, 30,8% da população era composta por brancos e 64% por negros e mulatos, livres ou cativos. Nesse mesmo momento, a população da capitania do Maranhão era de 78.694 habitantes. A partir dos apontamentos realizados pelo coronel Antônio Bernardo Pereira do Lago, Josenildo Pereira registrou que, em 1822, quando o número de habitantes da província foi estimado em 152.893, havia 77.914 escravos, correspondendo a 51% do total da população. Em São Luís, que concentrava um maior contingente de cativos, o percentual de escravos chegou a 62% da população (PEREIRA, 2001, p. 21). Já em 1841, com uma população total de 217.054 pessoas, o Maranhão possuiria 111.905 escravos, ou seja, 51,6% da população (FARIA, 2005, p. 238).

O quadro foi alterado pelo fim do tráfico internacional de cativos e pelo incremento da venda de escravos para províncias do Sul.⁴ A partir de 1850, houve um considerável declínio da população cativa. Em 1875, segundo os apontamentos de

² Apenas como ilustração, o periódico *Ordem e Progresso*, em 30 de maio de 1861, dedicou extenso editorial à crise da lavoura, associando-a à falta de mão de obra nas fazendas, fruto, por sua vez, do incremento do comércio interprovincial, “pois os fazendeiros do Sul que têm plantações de café vêm buscar escravos aqui” (EDITORIAL, 1861, p. 1). Já em 15 de abril de 1879, artigo em *A Flecha* mencionou que a crise da agricultura comprometia todo o comércio e significava “a própria decadência da província, outrora tão rica”. A causa apontada foi bastante similar: “a lavoura é decadente pela carência de mão de obra, já que se desfaz dos braços escravos” (AGRICULTURA, 1879, p. 3).

³ No que se refere à fala de autoridades, ainda apenas como exemplificação, destaco o relatório apresentado por João Capistrano Bandeira de Melo, através do qual, em 29 de abril de 1886, passou a administração da província a seu primeiro vice-presidente. O documento tentou aprofundar os motivos da “diminuição na arrecadação dos impostos da província e do aumento de seu endividamento”. A principal causa apontada foi o “definhamento da lavoura, única fonte de riqueza da província”, gerada pelas “baixas colheitas, pelos baixos preços e pela diminuição da mão de obra” (MELO, 1886, p. 3-4).

⁴ Ao término do tráfico transoceânico e ao incremento do comércio interprovincial, Regina Faria (2012, p. 67) somou outros fatores de diminuição da população escrava no Maranhão: a crescente manumissão de escravos; a resistência individual e coletiva de cativos; o processo de abolição gradual, sobretudo após a lei de 1871; e o movimento abolicionista.

Antônio Cândido de Moraes Rego no *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, a população de toda a província, “com exceção da paróquia de Santa Tereza da Imperatriz”, era de 348.495 pessoas, sendo 274.528 homens e mulheres livres e 73.967 escravos. Ou seja, em meados da década de 1870, a população cativa no Maranhão já correspondia a apenas 21,2% do total (REGO, 1875, p. IV). O decréscimo foi aumentando até a extinção formal do cativo. Em 1888, havia no Maranhão aproximadamente 30.000 escravos (FARIA, 2012, p. 67).

Não se pode afirmar que a imigração estrangeira influenciou de forma relevante a composição populacional do Maranhão oitocentista. No entanto, sua presença merece registro. É certo que não se viu nessas terras a dinâmica de imigração europeia desenvolvida no Sul do Império, ávida pela implantação de colônias baseadas no trabalho livre e receptora do excedente demográfico europeu. Tal como as demais províncias meridionais, o Maranhão deixou de priorizar a montagem de núcleos de colonização, servindo como justificativa das autoridades o “incompatível clima do Norte” (MELLO, 1999, p. 71).⁵

No que se refere especificamente à capital da província e às transformações advindas na São Luís do século XIX, posso afirmar que no início do Oitocentos a cidade se restringia a dois bairros: a Praia Grande e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Acerca da distribuição do antigo núcleo urbano de São Luís, assim relatou Josenildo Pereira (2001, p. 58-59):

No bairro da Praia Grande, também chamado de Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, encontrava-se a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade, embora fosse menos extenso que o segundo. Nele, encontrava-se a Praça do Comércio e edifícios públicos: o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, que foi o antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à catedral [...]. Um pouco mais de dez ruas configuravam esse núcleo antigo da cidade. Da Praia Grande até a Rua da Palma existiam três ruas paralelas ao mar: a Rua do Giz, a da Estrela e a Rua da Palma, e sete perpendiculares, desde o Colégio dos Jesuítas, hoje Catedral da Sé, até ao Desterro. Depois surgiram as

⁵ A historiadora Regina Faria (2012, p. 145-146) fez registro do que talvez tenha sido a única tentativa de colonização europeia na primeira metade do Maranhão oitocentista. Referiu-se ao núcleo colonial instalado pelo inglês Guilherme Wellestod, em 1817, às margens do rio Pindaré. O núcleo teria concentrado aproximadamente 40 colonos ingleses e irlandeses no manuseio de máquinas a vapor, igualmente importadas por seu fundador. Porém, a colônia durou apenas quatro anos, logo sendo substituída por empresa com base no trabalho escravo. Ainda no tocante a migrações, merece igual registro a que derivou de outras regiões do Império para o Maranhão. Nesse particular, destaco a recepção de cearenses na segunda metade do século XIX. A política de “prestação de socorro” aos migrantes atingidos pela seca no Ceará esteve presente em diferentes administrações nos últimos anos da década de 1870.

ruas do Sol, da Paz e a Rua Grande. Todas elas eram mal calçadas com pedras do tipo roxo-terra, chamadas de cabeça-de-negro, com uma precária iluminação à noite deixando a sua serventia bastante incômoda.

A cidade acompanhou o apogeu da grande lavoura, que, como visto, predominou entre meados do Setecentos e as primeiras décadas do século XIX. O contexto foi vital para que a capital maranhense deixasse de ser tão somente um centro militar e administrativo e se tornasse relevante espaço de comércio. O extenso casario com arquitetura portuguesa que preenche ainda hoje o Centro de São Luís é, inclusive, herdeiro desse período.

Apesar disso, somente na segunda metade do século XIX houve um mais efetivo planejamento da cidade quanto à estruturação de serviços públicos e ao embelezamento e higiene de São Luís. A regular distribuição de água veio com a Companhia Rio Anil, instalada em 1850. A iluminação a gás com a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, de 1862. Em 1871, foi iniciado o serviço de bondes puxados à tração no Centro da cidade (SILVA, 2013, p. 27; FARIA, 2012, p. 50).

Além da implantação desses serviços, o núcleo urbano de São Luís foi alvo de práticas sanitárias até então inexistentes. Era o período das epidemias, mais evidentes nos surtos de varíola de 1854, 1856 e 1871.⁶A prevenção ao contágio de doenças ocupou boa parte das políticas governamentais, tornando-se sinônimo de aperfeiçoamento urbano. A crença de que algumas enfermidades se propagavam pelo “ar doentio” e se concentravam em determinados locais, intensificou a limpeza do espaço urbano e a intervenção em hospitais e cemitérios (COE, 2011, p. 11).

Mas as práticas higienistas foram bem além do trato com os doentes e com os mortos. O crescimento populacional da cidade nas últimas décadas do Império levou as autoridades a intervirem com maior destaque em portos, mercados, escolas e cadeias. O padrão de habitação também sofreu regramento, condenando-se os cortiços, os baixos sobrados ou qualquer outra moradia que facilitasse a aglomeração de pessoas e dificultasse a livre ventilação (FERREIRA, 2011, p. 37-38).

⁶ Apesar de algumas epidemias terem merecido maior atenção da historiografia, parece que ao longo de toda a segunda metade do século XIX foram constantes os surtos de doenças, que incidiram em diferentes partes do território provincial e demandaram, segundo os registros de autoridades, a pronta atuação dos poderes públicos. Como exemplo, a Secretaria de Polícia reiteradamente registrou como “fato notável” as diferentes epidemias de varíola (ou “bexiga”) na capital e no interior da província (MARANHÃO, 1873, fls. 180-188). Já na primeira metade da década de 1880, igualmente, foram relatados pelo governo da província surtos de varíola em São Luís, Icatu e Alcântara.

A população pobre foi mais diretamente atingida pela modernização do espaço urbano, já que parte de seus hábitos de moradia, de trabalho e mesmo de lazer era tida como anti-higiênica. Em tal contexto, a ociosidade ou o simples ato de perambular pela cidade passaram a ser objeto de preocupação das autoridades.

Na leitura de Marcos Melo de Lima sobre o tratamento conferido aos pobres na São Luís da segunda metade do Oitocentos:

Da população pobre deviam ser reprimidos os supostos vícios que carregavam. Quem era classificado como “sem ofício”, “vadio”, “desocupado” e tantos outros atributos negativos estava sempre na mira dos aparatos de policiamento, alvo de controle rígido. Ao estabelecer uma ligação direta entre a vadiagem, a pobreza e o crime, as autoridades públicas buscavam justificar o controle e o uso da força(LIMA, 2015, p. 183).

O avanço do debate sobre o fim do cativeiro recrudesciu o combate à ociosidade dos indivíduos pobres da cidade. As elites nutriram o receio de uma massa de populares livres e de pessoas consideradas vadias, supostamente responsáveis pela desordem e pelos distúrbios em São Luís, temor que apenas cresceu com a possibilidade de libertação dos escravos. O controle seria garantido através da transformação dos negros livres e libertos em “trabalhadores disciplinados, submissos e produtivos” (LIMA, 2015, p. 185). Mas essa estaria longe de ser a principal marca da escravidão de negros no Maranhão oitocentista.

O Maranhão escravista

A introdução de africanos escravizados no Maranhão data da segunda metade do século XVII. Mário Meireles (2001, p. 243) apontou como marco inicial da escravização o pedido do padre Antônio Vieira, em 1661, de que o Império português passasse a sustentar a colonização de terras maranhenses na utilização da mão de obra africana. Porém, mesmo com a declarada oposição da Igreja Católica, até a primeira metade do século XVIII, a principal força de trabalho no Maranhão consistiu, de fato, na escravidão indígena.

Do ponto de vista formal, desde 3 de maio de 1757 houve a proibição da escravização de indígenas na América Portuguesa. A vedação foi fruto da política pombalina. Existiram, porém, inúmeras brechas. Diferentes cartas régias do início do

século XIX, por exemplo, permitiam por até 10 ou 15 anos o cativo de indígenas que atacassem povoações (FARIA, 2004, p. 86).

Foi o incremento da cultura algodoeira, impulsionada pelo funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que gerou a real demanda pela importação de escravos africanos.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII o mercado de algodão na Europa fomentou o povoamento da região Norte da capitania do Maranhão, por meio da cultura desse produto, sustentada à base da escravidão de diferentes povos africanos, principais trabalhadores das fazendas localizadas nos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Essa forma de povoamento, ao longo dos anos, foi avançando pela Baixada e pelo litoral (PEREIRA, 2001, p. 36).

Entre a ascensão da economia do algodão e a abolição do cativo, a escravidão de negros africanos e de seus descendentes foi fator estruturante da economia e da sociedade do Norte do Maranhão. Com destaque para sua utilização nas fazendas de algodão, açúcar, arroz, na criação de gado e em obras e serviços dos centros urbanos, os negros escravizados se concentraram em São Luís, Alcântara, Caxias, nos vales dos rios Itapecuru e Mearim e no litoral e Baixada ocidentais, contribuindo decisivamente, inclusive, para o funcionamento do mercado interno.

Em estudo dedicado às rotas de escravos da África ao Maranhão, Reinaldo Barroso Junior afirmou que o fluxo entre os dois continentes foi estruturado a partir da Companhia de Comércio, que possuía o monopólio comercial no antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão e, na África ocidental, nas regiões da Senegâmbia e Guiné-Bissau. Mesmo com a extinção da companhia, em 1778, houve nas três últimas décadas do século XVIII a consolidação das principais rotas desse tráfico, período no qual adentraram no Maranhão aproximadamente 35.000 africanos (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 28).

O abastecimento de escravos no Maranhão se inseriu no contexto de integração do Norte da América Portuguesa ao complexo comércio estabelecido pelo Império lusitano sobre seus territórios coloniais do Atlântico Sul. A mercancia era pautada no controle tarifário e no exclusivismo comercial desenvolvido por companhias ou a partir de contratos individuais privilegiados. A dinâmica se deu através do fluxo de manufaturas, escravos e matérias-primas entre as diferentes regiões envolvidas no comércio.

No caso do Maranhão setecentista, chegavam ao porto de São Luís, localizado na Praia Grande, navios abarrotados de escravos oriundos da região da África ocidental conhecida como Costa da Mina, mais precisamente das localidades Costa do Ouro, Costa dos Escravos e Costa do Marfim, consolidando a influência das etnias Mina, Cacheu e Bissau no território maranhense (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 15). De São Luís, saíam embarcações com expressivas quantidades de produtos agrícolas para Lisboa, destacando-se algodão e arroz, além de passageiros rumo à Europa. Nesse contexto, a capital maranhense tornou-se um dos quatro mais importantes entrepostos comerciais da América Portuguesa, canalizando boa parte do fluxo de entrada de escravos e da saída de produtos das capitânicas do Norte.

Já no Oitocentos, mais precisamente a partir de 1850, a dinâmica da escravidão foi alterada em todo o Império. A proibição do tráfico intercontinental de cativos e a supremacia da economia cafeeira sobre a produção de algodão e açúcar tornaram inevitável o fluxo de escravos do Norte para as províncias do Centro-Sul do país.⁷

Os primeiros registros de exportação de escravos do Maranhão são de 1846, porém, apenas a partir da década seguinte os comerciantes locais se dedicaram mais diretamente ao agenciamento da venda de cativos para outras províncias.

A maioria dos escravos exportados pelo Maranhão seguia para o Rio de Janeiro, fato explicado pelo pioneirismo dessa província na produção cafeeira. Porém, a partir da década de 1860, a província de São Paulo vivenciava o crescimento da produção de café e passou a disputar os escravos maranhenses. Outras províncias, como Pernambuco, Pará e Amazonas, também se fizeram presentes como compradoras, embora em proporção diminuta (JACINTO, 2015, p. 262-263).

O quantitativo de escravos comercializados com outras províncias é incerto porque, na ânsia de se evitar a pesada tributação, nem todas as transações se deram dentro da legalidade exigida pelos agentes públicos de controle. Ainda assim, César

⁷ Como antes destacado, o governo da província apontou como uma das principais causas da decadência da lavoura a diminuição da mão de obra escrava. Ao longo da década de 1870, foram produzidos vários relatórios de presidentes da província que elencaram a venda de cativos para outras localidades como fator de declínio da agricultura. Em documento de maio de 1871, Augusto Olímpio Gomes de Castro afirmou que havia na província “grande ressentimento da lavoura [...], operada pela exportação de escravos para outras partes da nação (CASTRO, 1871, p. 59). Já em setembro de 1879, Luiz de Oliveira Lins e Vasconcelos leu para a Assembleia Provincial relatório no qual afirmou que se somava às causas de declínio da lavoura “a progressiva diminuição de braços, roubados pela exportação de escravos para o Sul, sem que o seu preço venha substituí-los por qualquer forma de trabalho em que eram empregados” (VASCONCELOS, 1879, p. 12).

Augusto Marques apontou uma estimativa a partir da estatística produzida por órgãos alfandegários e policiais da província. Para o historiador, entre 1860 e 1887, o Maranhão vendeu para outras localidades do Império o total de 15.338 cativos. Os anos de 1874 a 1879 concentraram a maior parte das vendas formalizadas, que somaram 8.490, havendo um visível decréscimo a partir de 1883, quando tais negociações tiveram praticamente seu fim (MARQUES, 2008, p. 442-443).

Dessa forma, no princípio dos anos 1880 houve uma drástica diminuição do comércio interprovincial a partir do Maranhão, embora tal comercialização só viesse a ser proibida formalmente em 1885. Cristiane Santos Jacinto (2015, p. 264) associou o rápido definhamento do tráfico aos pesados impostos criados pelo governo provincial.

O certo é que, nas duas últimas décadas do Império, o alto preço dos cativos e o fim do abastecimento de escravos na província contribuiu para que as elites locais questionassem a manutenção do cativo. Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, desde meados dos anos 1850 constou de relatórios dos chefes da província a ideia de que o sistema escravocrata representava um “empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas”, estimulando-se a colonização e a incorporação da população livre na produção agrícola (ALMEIDA, 2008, p. 70-71). Segundo o mesmo autor, tal proposição ganhou força a partir de 1875, quando a elite agrícola buscou mecanismos mais bem acabados para a difusão de uma economia mais “racional”, inclusive através da fundação de jornais.

Seguindo a referência alimentada pela historiografia nacional sobre o tema, os estudos que abordam a dinâmica da escravidão no Maranhão construíram uma tipologia que diferenciou o cativo no campo do urbano. Nessa classificação, distintas práticas de trabalho, sociabilidade e resistência escrava caracterizam esses dois espaços.⁸

No eito, os escravos foram utilizados predominantemente na grande lavoura de algodão e de arroz e, posteriormente, na cultura açucareira. Os vales dos rios Itapecuru e Mearim foram as primeiras regiões a organizar a lavoura em maior escala, sendo posteriormente implantado o trabalho escravo nas fazendas da Baixada e do litoral ocidental. Além de se constituírem na principal força de trabalho das

⁸ Ainda que essa diferenciação sugira uma oposição entre o campo e a cidade no Maranhão imperial, entendo que se deva encarar com cautela tal antagonismo, sobretudo no que toca a práticas relacionadas à escravidão. Não raras vezes, tais espaços se mesclavam, tornando-se difícil sua delimitação. Por isso mesmo, a distinção campo x cidade aqui apresentada possui um propósito predominantemente didático.

grandes plantações, os cativos foram utilizados no campo, igualmente, para a criação de gado, pesca, produção de farinha de mandioca e cultivo de outros produtos voltados ao abastecimento do comércio local, tais como milho e feijão, contribuindo assim para a dinâmica do mercado interno (PEREIRA, 2001, p. 68).

Quanto à escravidão com contornos urbanos, mesmo estando presente em cidades como Alcântara e Caxias, pode-se afirmar que ela se concentrou na São Luís provincial, já que a capital funcionou como importante entreposto comercial, inclusive com intensa atividade portuária. Na cidade, havia escravos que se dedicavam estritamente a ocupações domésticas, porém, a maior parte dos cativos desempenhou suas atividades nas ruas do núcleo urbano. A capacidade de acumularem rendimentos para seu senhor, aliás, estava diretamente relacionada com a possibilidade de circularem pelas ruas da antiga São Luís (PEREIRA, 2001, p. 97).

Reproduziu-se nas vias da capital o padrão de uso dos escravos presente, no Império, em cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Isso porque, regra geral, eram os cativos empregados no sistema de ganho ou de aluguel.

Escravos de aluguel ou de ganho faziam parte do cenário ludovicense. Havia, porém, uma diferença sutil entre os dois modos de trabalho: no primeiro caso, o escravo proporcionava uma renda constante ao seu senhor, ao prestar serviços a terceiros durante um determinado período; o escravo de ganho, por sua vez, somava a algumas tarefas na casa de seu proprietário as atividades remuneradas que desenvolvia na rua (JACINTO, 2008, p. 51).

Os trabalhadores de aluguel possuíam quase sempre alguma especialidade, gerando, por isso mesmo, um rendimento maior a partir de seus serviços. O valor de aluguel do cativo era negociado diretamente por seu proprietário. Eram marceneiros, ferreiros, oficiais da construção civil, marinheiros e barbeiros, dentre outras especialidades. Já o escravo de ganho circulava mais livremente pelas ruas, pois devia encontrar quem se interessasse por seu trabalho e, exatamente por essa causa, negociava ele mesmo o preço do serviço. As principais atividades desempenhadas pelos cativos “de canga”, como também eram conhecidos, foram as de carregadores, estivadores e vendedores de alimentos, bem como, no caso das mulheres, cozinheiras, lavadeiras e parteiras.

A possibilidade de se atribuir certa padronização ao trabalho desempenhado por escravos não significa que o cativo foi experimentado no Maranhão sem

resistências.⁹ A tensão social era inerente a um sistema de trabalho compulsório e degradante. Não por outra razão, a oposição ao cativo foi presença constante nessa província e encontrou distintas formas de reprodução, sempre relacionadas a peculiaridades do Maranhão imperial.

A superioridade numérica de cativos, se comparada à população livre; a distância e dificuldade de acesso dos aparatos oficiais de repressão a determinadas áreas do interior da província; a relativa liberdade de circulação dos escravos nas cidades; e os vários conflitos políticos entre setores das elites, somados à capacidade de organização dos cativos, foram fatores que contribuíram para a instabilidade das relações em torno do regime servil.

A documentação policial produzida no Maranhão oitocentista registrou inúmeras fugas, levantes, incêndios e crimes violentos praticados por escravos. Os vários apontamentos localizados nos chamados *Livros de Registro de Crimes e Fatos Notáveis*, mantido pela Chefatura de Polícia da capital, não apenas denotam a reiterada ocorrência desses atos, mas a preocupação das autoridades em mapear tais ações.

Exemplos de apontamentos constantes dos referidos livros:

“Incêndio praticado por um preto escravo na Vila do Rosário” [Rosário, 1 de janeiro de 1860]. “Fuga de escravos presos na Vila de Itapecuru-Mirim” [Itapecuru, 3 de janeiro de 1860]. “Incêndio praticado por escravos na Vila de Itapecuru-Mirim, na casa de Ana Quirina de Araújo” [Itapecuru, 7 de janeiro de 1860]. “Manuel, escravo do tenente Mariano Lourenço Bezerra, tentou matar com um tiro de espingarda o seu proprietário” [Vargem Grande, 26 de fevereiro de 1865]. “O escravo Tomé assassinou seu proprietário, Vitorio Joaquim Rodrigues de Oliveira” [Grajaú, 2 de novembro de 1865]. “Foram indiciados Frederico Gonçalves e seu escravo Benedito, por cometerem homicídio contra o português Joaquim Antônio Ferreira” [São Bento, 4 de novembro de 1865]. “O preto Guilherme, escravo de Francisco Coelho Albuquerque, cometeu tentativa de homicídio contra seu proprietário” [Barra do Corda, 17 de janeiro de 1868]. “Homicídio praticado pelo escravo Aprígio, que matou seu senhor João Lázaro da Silva de forma ‘horrorosa’, chegando a decepar seus membros” [São Luiz Gonzaga, 12 de novembro de 1879](MARANHÃO, 1873, fls. 54-258; MARANHÃO, 1881, fls. 43-181).

⁹ O conceito de resistência escrava aqui adotado não se restringe a atos deliberada e explicitamente contrários ao regime de cativo. Na forma como teorizada por Reis e Silva (1989, p. 53), a oposição dos cativos incluía desde a luta por padrões materiais mínimos de existência até a defesa da vida espiritual e lúdica. Tais dimensões de resistência, não raramente, se encontravam articuladas no cotidiano da sociedade escravista maranhense.

Para além das práticas de resistência diluídas no cotidiano, alguns momentos específicos concentraram maior tensão social. Refiro-me aos diferentes contextos de instabilidade política vividos na província desde a Independência até o início da década de 1870. Não coincidentemente, a Setembrada (1823), a Balaiada (1839-1841) e a Guerra do Paraguai (1865-1870) agregaram um maior quantitativo de fugas e insurreições escravas.

Sobre a Balaiada, embora os balaios – revoltados que se opunham aos cabanos – compusessem grupo heterogêneo, a envolver inclusive fazendeiros, comerciantes, políticos e juízes, a historiografia sobre o tema hoje atribui um caráter popular ao levante, ainda que parcialmente. Nesse sentido, Sandra Regina Santos (2010, p. 185-186) reconheceu que se somaram aos revoltados lavradores, vaqueiros, artesãos, desertores e indivíduos sem ocupação. Quanto aos escravos, sua organização girou em torno, principalmente, de Cosme Bento das Chagas, o “Negro Cosme”, que a partir de 1839 liderou negros aquilombados na região de Itapecuru e do baixo Parnaíba, com destaque para o quilombo Lagoa Amarela, em Brejo, articulando um dos últimos focos de resistência às autoridades do Império (GOMES, 1997, p. 56).

Já quanto à Guerra do Paraguai, importante destacar que o conflito teve direta influência na desorganização do aparato de segurança da província, dando vazão, inclusive, a insurreições de escravos. O recrutamento em massa de soldados, quase sempre compulsório, gerou o deslocamento de relevante contingente militar para a região da guerra, bem como considerável deserção através de fugas. De uma forma ou de outra, regiões como o vale do Itapecuru e a Baixada ocidental foram expostas a um pesado clima de instabilidade. Flávio Gomes estimou que foram enviados do Maranhão aproximadamente 3.000 homens, muitos deles milicianos da Guarda Nacional, o que correspondia à quase totalidade da tropa de linha (GOMES, 1997, p. 327).

Além disso, no Maranhão provincial, houve uma estreita relação entre a formação de quilombos e a eclosão de insurreições escravas. A documentação produzida pelas autoridades dá conta não apenas de um número considerável de aquilombamentos e de sua dispersão pelo território provincial, mas também de uma intensa movimentação de pessoas entre essas formações.

Longe de se reduzirem à reunião de escravos fugidos, alguns dos quilombos do Maranhão desenvolveram uma diversificada produção agrícola e estabeleceram

relações comerciais que faziam circular sua produção.¹⁰ Integraram-se mesmo, com certa regularidade, à malha comercial de determinadas regiões da província. Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008, p. 138), a complexa organização de alguns quilombos serve para “desfazer as suposições de que se encontravam inteiramente isolados e à margem do processo produtivo, produzindo tão somente para o seu próprio consumo”.¹¹

A identificação do quantitativo e da localização dos quilombos no Maranhão é comprometida pela diversidade de sua constituição e por uma duração não menos variada dessas formações. Vários se repartiram ou mudaram de local, sucessivas vezes, após as investidas das autoridades da província. Soma-se a isso a limitação e a parcialidade dos registros na documentação oficial, pois apenas dados relacionados à repressão dos quilombos eram objeto de preocupação das autoridades.

Ainda assim, sempre com base nas informações anotadas por órgãos de controle do governo, houve tentativas de mapear a geografia dos quilombos na província. Regina Faria (2012, p. 112) identificou formações localizadas entre os rios Mearim e Pindaré e a fronteira com o Pará como um “desafio constante para as autoridades provinciais durante todo o Império”. Alfredo Wagner Almeida (2008, p. 124) anotou as seguintes localidades como mais densamente ocupadas por negros aquilombados: São Bento, São Vicente Férrer, Santa Helena, Pericumã, Vila Nova do Pinheiro, Viana e Turiaçu, dando assim especial destaque à Baixada e ao litoral ocidental. Mariléia Santos Cruz, por sua vez, além das localidades indicadas por Almeida, registrou a concentração de quilombos em Itapecuru, Codó e no vale do rio Mearim, chegando a apontar, a partir da resistência ao aparato repressor da província, os quatro principais quilombos do Maranhão: “Lagoa Amarela, em Chapadinha; São Benedito do Céu, em Viana; Limoeiro e São Sebastião, no vale do Turiaçu” (CRUZ, 2008, p. 51).

¹⁰ Flávio Gomes (1997, p. 282) chamou ainda a atenção para organização, a partir de 1850, de quilombos voltados à exploração aurífera, que se localizaram, principalmente, na parte Noroeste da província, com destaque para o vale dos rios Gurupi e Turiaçu. A proliferação desses quilombos gerou a organização de diferentes incursões militares e até mesmo a montagem de uma companhia de mineração para controlar a extração e a comercialização de ouro na região.

¹¹ A identificação dessas características em quilombos de outras localidades fez Flávio Gomes cunhar a expressão *campo negro*, que seria uma “[...] complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos. Tal arena social foi palco de lutas e solidariedades entre as comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e até nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos históricos que vivenciaram os mundos da escravidão” (GOMES, 1995, p. 36).

Nesse sentido, a partir da correspondência oficial expedida pela presidência da província a diferentes autoridades, sempre com ordens de intervenção em quilombos ou requisição de relatórios sobre essas ações, identifiquei a reiterada referência a incursões militares em termos ou distritos das seguintes cidades: Alcântara, Alto Mearim, Caxias, Codó, Coroatá, Cururupu, Guimarães, Gurupi, Itapecuru-Mirim, Maracaçumé, Santa Helena, Turiaçu e Viana.

A quantidade de quilombos, sua distribuição pelo território da província e as relações estabelecidas por essas formações alimentou o medo de um levante de maiores proporções. Sobre o receio que envolveu as elites de São Luís e do sertão, assim destacou Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008, p. 124-125):

O pânico da população da capital atinha-se principalmente à ação dos escravos rebelados, enquanto que no interior da província temia-se os bandos de malfeitores, os quilombolas e os ataques dos selvagens [...]. O terror e o medo se espalhavam pelas vilas, que se tornavam presas fáceis da ação dos chamados salteadores e de grupos de pilhagem ou os chamados desordeiros do sertão. Boatos e novidades sem autores conhecidos circulavam na capital e no interior dando conta de ataques iminentes. Tais notícias muito propaladas eram muitas vezes infundadas, não obstante semearem pânico.

A ameaça das insurreições de escravos encontrou seu auge na segunda metade da década de 1860, arrefecendo ao longo do decênio seguinte. Nesse contexto, o maior levante ocorreu em Viana, quando, nos primeiros dias de julho de 1867, “centenas de pretos aquilombados saíram dos seus refúgios e ocuparam, simultaneamente, diversas fazendas localizadas nos centros daquela comarca” (ARAÚJO, 2014, p. 41). Houve fugas em massa e a tomada de algumas fazendas, sendo a principal denominada de Santa Bárbara. A insurreição foi liderada pelo quilombo de São Benedito do Céu, ganhando a adesão de escravos e pretos livres oriundos de outras localidades (GOMES, 1997, p. 355-356). O levante durou cerca de um mês, até ser organizado, a partir da capital e de outras cidades da Baixada, um aparato capaz de o aplacar.

De toda forma, entre o final da década de 1850 e os primeiros anos da década de 1870, houve uma organização mais sistemática de expedições oficiais para a destruição de quilombos e de mocambos no interior do Maranhão. Tais incursões se somaram a outras providências adotadas pelo governo da província, chefes de

Polícia, delegados e juizes, além de envolver o esforço mais direto de fazendeiros interessados na repressão aos negros.

O governo do Maranhão buscou evitar e conter a ameaça representada pelos escravos que se insurgiram contra a ordem escravista. Manteve uma estrutura paramilitar, formada por capitães do mato e seus auxiliares, controlados pelos juizes de paz e assistidos por soldados e carcereiros, para capturar os fugitivos. Os senhores de escravos pagavam pelo serviço, mas toda a infraestrutura de pessoal era gerenciada pelo Estado. Procurou bater os quilombos, contando com a participação de fazendeiros e moradores das áreas mais afetadas, que faziam “subscrições voluntárias” para pagar as tropas (FARIA, 2004, p. 85).

De fato, parece que as ações de prevenção e de desmantelamento dos quilombos ocuparam diferentes áreas da administração provincial, demandando a aplicação de consideráveis recursos públicos. No acervo disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão, referente ao período situado entre os últimos anos da década de 1840 e o final dos anos 1870, há dezenas de ofícios sobre o tema expedidos pelo presidente da província.¹²

Considerações finais

O esforço do aparato oficial na repressão a levantes de escravos demonstra a dificuldade financeira e a pouca disponibilidade de recursos humanos para dar cabo às investidas contra quilombos ou outras formas de organização de negros. A repressão a fugas, ao ajuntamento e a atos de insurgência de escravos, aliás, consistiu em um dos capítulos do difícil processo de estruturação das instituições públicas do Maranhão imperial.

A demanda por uma maior consistência da burocracia estatal, latente desde a Independência do Brasil, teve que conviver com o desafio de ordenar uma sociedade

¹² A título de exemplos, a correspondência referiu-se principalmente a: consultas a autoridades policiais sobre os recursos humanos e financeiros disponíveis para localizar e destruir quilombos (MARANHÃO, 1853, fl. 88); ordens a delegados de política e autorizações para que milícias adentrassem nas matas em busca de quilombos e escravos fugidos (MARANHÃO, 1854a, fl. 50); orientações a magistrados e a delegados de Polícia sobre como proceder o encarceramento de aquilombados presos em diligências oficiais (MARANHÃO, 1849, fl. 22v); informações a autoridades locais quanto ao efetivo disponibilizado pela província para auxiliar na localização de quilombos (MARANHÃO, 1858, fls. 83-84); determinações a inspetores do Tesouro Público para pagamento de capitães do mato responsáveis pela localização de quilombos (MARANHÃO, 1855, fls. 1v-2); comunicações a autoridades do Império sobre a pacificação de localidades e acerca do quantitativo de negros aquilombados presos (MARANHÃO, 1860, fls. 103-103v); e solicitações de recursos do governo imperial para aplacar quilombos e prestação de contas de recursos enviados à província com essa finalidade (MARANHÃO, 1854b, fl. 9).

diversificada e por vezes insurgente, sobretudo quando se fala do expressivo quantitativos de negros e libertos presentes em províncias como a do Maranhão. O certo é que, longe de se reduzirem a uma massa passiva e obediente, os negros e negras escravizados no território do Maranhão oitocentista (re)produziram formas díspares de resistência ao cativo, tanto num plano mais individualizado, quanto numa dimensão coletiva.

A dinâmica da escravidão no Maranhão oitocentista em boa medida evidencia as nuances daquela sociedade. A análise das características socioeconômicas da província, com destaque para a composição social das elites, demonstra o quanto a derrocada da grande lavoura e a proibição do tráfico transatlântico atingiram as castas que se nutriam do cativo, projetando para a segunda metade do Oitocentos um quadro de instabilidade que acompanharia o Império até seu término.

Referências:

Bibliografia:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAÚJO, Mundinha. **Insurreição de escravos em Viana, 1867**. 3. ed. São Luís [s.n.], 2014.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860). In: CARVALHO, Claunísio Amorim; CARVALHO, Germana Costa Queiroz (orgs.). **Pergaminho maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café & Lápis, 2010, p. 145-183.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 119f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SECMA, 1992.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (orgs.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séculos XIX-XXI**. São Luís: Edufma, 2011, p. 11-33.

CRUZ, Mariléia Santos. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 217f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: COELHO, Mauro César; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo (orgs.). **Meandros da história: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 231-247.

_____. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes e estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004, p. 81-111.

_____. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Edufma, 2012.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Epidemia de varíola em São Luís: amálgama de crenças, saberes e fazeres. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (orgs.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séculos XIX-XXI**. São Luís: Edufma, 2011, p. 35-66.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1997.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs.). **O Maranhão oitocentista**. 2. ed. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 241-167.

LIMA, Marcos Melo de. O trabalho como remição: os pretos pobres e o trabalho penal na cadeia pública de São Luís. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da (orgs.). **Histórias sociais do trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 183-217.

MARQUES, César Augusto. (1870) **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 243.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTA, Antônia da Silva; CUNHA, Maísa Faleiros da. No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, v.34, n.3, p.465-484, set./dez. 2017.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2001.

REGO, Antônio Cândido de Moraes e. Apresentação. **Almanak Administrativo da Província do Maranhão**. São Luís, p. IV, 1.º jan. 1875.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A balaiada no Sertão:** a pluralidade de uma revolta. São Luís: Editora da UEMA, 2010.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão:** Maria Firmina e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 324f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2013.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma:** apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. 370f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2008.

Impressos:

AGRICULTURA. **A Flecha.** São Luís, p. 3, 15 abr. 1879.

CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de. **Relatório com que o Exmo. Sr. Augusto O. Gomes de Castro passou a administração da província ao Exmo. Sr. primeiro vice-presidente, Dr. José da Silva Maia, a 19 de maio, e este ao Exmo. Sr. Desembargador José Pereira da Graça.** São Luís: Tipografia Imperial de José Ignácio Ferreira, 1871.

EDITORIAL. **Ordem e Progresso.** São Luís, p. 1, 30 maio 1861.

MELO, João Capistrano Bandeira de. **Relatório com que Exmo. Sr. presidente, conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo, passou a administração da província ao Exmo. Sr. 1º vice-presidente, Dr. José Francisco de Viveiros, em 29 de abril de 1886.** São Luís: Tipografia do Paiz, 1886.

RIBEIRO, Carlos Fernando. **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernandes Ribeiro, 1.º vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. presidente Ovídio João Paulo de Andrade, em 25 de setembro de 1883.** São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1883.

VASCONCELOS, Luiz de Oliveira Lins. **Relatório que o Exmo. Sr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos leu perante a Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação, no dia 22 de setembro de 1879.** São Luís: Tipografia Imperial de Ignácio José Ferreira, 1879.

Manuscritos:

MARANHÃO. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Livro de Registro de Crimes e Fatos Notáveis. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de Códices.** Livro n. 2.112 (1860-1873). São Luís, 1873.

_____. Secretaria de Polícia. Chefatura de Polícia. Livro de Registro de Crimes e Fatos Notáveis. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de Códices.** Livro n. 2.113 (1873-1881). São Luís, 1881.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao juiz de paz do 1.º distrito do Mearim, 26 abr. 1849. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Presidente da Província com os Magistrados. Livro 475 (1849-1851), fl. 22v, São Luís, 1849.

_____. Secretaria do Governo. Ofício solicitando ao senhor José Henrique informações, 26 set. 1853. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro 83 (1852-1854), fl. 88, São Luís, 1853.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao capitão José Luís Teixeira Lopes, delegado de Polícia do termo de Santa Helena, 16 nov. 1854. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro 299 (1854-1856), fl. 50, São Luís, 1854a.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao conselheiro ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, 27 fev. 1854. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro 421 (1854-1855), fl. 9, São Luís, 1854b.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao inspetor do Tesouro Público Provincial. 21 mar. 1855. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro 749 (1855), fl. 1v-2, São Luís, 1855.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao juiz de direito da Comarca de Turiaçu, 23 out. 1858. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Presidente da Província com os Magistrados. Livro 482 (1858-1859), fl. 83-84, São Luís, 1858.

_____. Secretaria do Governo. Ofício ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, 13 dez. 1860. In: _____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Setor de avulsos.** Secretaria de Governo. Registro da Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro 388 (1859-1861), fl. 103-103v, São Luís, 1860.

*Recebido em Fevereiro de 2018
Aprovado em Setembro de 2018*